

20 ANOS DE ENADE NO BRASIL: atravessamentos da agenda neoliberal na avaliação da Educação Superior

DEUZILENE PEREIRA DA CUNHA^I
MARIANA ROCHA MENEZES^{II}
ALINE BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA^{III}
JAIRO DE CARVALHO GUIMARÃES^{IV}
<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v16i53.4716>

Resumo

Este artigo investiga se o ENADE cumpre seus propósitos no contexto do desmonte do ensino superior público, considerando as tendências neoliberais do país. Utilizando uma abordagem qualitativa com elementos quantitativos, o estudo baseia-se na bibliografia de diversos autores e na análise de documentos como o Plano Nacional de Educação (2014-2024), o Censo da Educação Superior e o documento norteador do SINAES. Os resultados indicam que os critérios de avaliação do ensino superior refletem a realidade histórica, econômica e social do país, revelando elitismo e exclusão. Reconhecer os avanços e retrocessos desse sistema é essencial para considerar outras possibilidades de avaliação, possivelmente sob uma perspectiva qualitativa. Cabe perceber as tendências desse cenário para pensar em estudos posteriores, assim como em outras formas de avaliar o ensino superior.

Palavras-chave: Educação Superior; ENADE; Qualidade da educação; Neoliberalismo.

Submetido em: 31/12/2023

Aprovado em: 10/12/2024

^I Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), Brasil; <https://orcid.org/0000-0001-6244-9602>; e-mail: deuzilenepc@ufpi.edu.br.

^{II} Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-5296-8238>; e-mail: marianarochamenezes@hotmail.com.

^{III} Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), Brasil; <https://orcid.org/0009-0008-9857-9503>; e-mail: beatrizaline188@gmail.com.

^{IV} Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-5901-5026>; e-mail: jairoguimaraes@ufpi.edu.br.

20 YEARS OF ENADE IN BRAZIL: crossings of the neoliberal agenda in the evaluation of Higher Education

Abstract

This article investigates whether ENADE fulfills its purposes in the context of the dismantling of public higher education, considering the country's neoliberal tendencies. Using a qualitative approach with quantitative elements, the study is based on the bibliography of several authors and the analysis of documents such as the National Education Plan (2014-2024), the Higher Education Census and the SINAES guiding document. The results indicate that the criteria for evaluating higher education reflect the historical, economic and social reality of the country, revealing elitism and exclusion. Recognizing the advances and setbacks of this system is essential to consider other possibilities for evaluation, possibly from a qualitative perspective. It is important to understand the trends in this scenario in order to think about future studies, as well as other ways of evaluating higher education.

Keywords: Higher Education; ENADE; Quality of education; Neoliberalism.

20 AÑOS DEL ENADE EN BRASIL: cruces de la agenda neoliberal en la evaluación de la Educación Superior

Resumen

Este artículo investiga si el ENADE cumple sus propósitos en el contexto del desmantelamiento de la educación superior pública, considerando las tendencias neoliberales del país. Utilizando un enfoque cualitativo con elementos cuantitativos, el estudio se basa en la bibliografía de varios autores y el análisis de documentos como el Plan Nacional de Educación (2014-2024), el Censo de Educación Superior y el documento rector del SINAES. Los resultados indican que los criterios de evaluación de la educación superior reflejan la realidad histórica, económica y social del país, revelando elitismo y exclusión. Reconocer los avances y retrocesos de este sistema es fundamental para considerar otras posibilidades de evaluación, posiblemente desde una perspectiva cualitativa. Vale la pena comprender las tendencias de este escenario para pensar en futuros estudios, así como otras formas de evaluar la educación superior.

Palabras clave: Educación Superior; ENADE; Calidad de educación; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o qual completou duas décadas de sua implementação como instrumento de avaliação no ensino superior. O estudo tem como foco um recorte crítico sobre os atravessamentos deste instrumento avaliativo mediante o contexto de desmonte do ensino superior público, permeado pela perspectiva neoliberal.

Essa perspectiva, ao se manifestar no contexto educacional, impulsiona uma tendência crescente de mercantilização do ensino (Frigotto, 2010), na qual a lógica do mercado passa a estar interligada às dinâmicas educacionais, sobretudo na academia. Isso promove transformações que (re)formulam os fundamentos e práticas inicialmente definidas para esse setor.

O predomínio do segmento privado, uma das principais características da perspectiva neoliberal, emerge como elemento-chave nesse contexto. No entanto, essa visão atravessa também os muros das instituições públicas de ensino superior, as quais moldam suas estratégias educacionais para adaptar-se aos aspectos mercadológicos, determinante para a lógica neoliberal.

Como resultado, observa-se a redução da valorização do desenvolvimento integral do discente em favor de uma abordagem voltada para a empregabilidade, que gera resultados tangíveis ao modo de produção capitalista. No entanto, essa abordagem sacrifica a formação humana assentada na construção de habilidades críticas, cidadãs, reflexivas e autônomas. Para Adorno (2022) a emancipação do sujeito social robustece a democracia.

Também se percebe a existência de um viés elitista, oriundo da perspectiva neoliberal, que se caracteriza pela exclusão das camadas populares e a prevalência dos estratos sociais, economicamente privilegiados. Isso contribui para a criação de um cenário em que o acesso ao nível acadêmico de educação é vinculado à capacidade financeira dos indivíduos, sobretudo, o acesso a cursos de “alto escalão” da graduação, estes considerados como cursos elitizados, a saber: Odontologia, Medicina, Direito, Engenharia, etc.

Ao tempo em que ocorre a introdução da perspectiva neoliberal no contexto do ensino superior, verifica-se a relação deste com a avaliação da qualidade das academias. O ENADE, como importante instrumento avaliativo, tem como proposta avaliar o conhecimento adquirido pelos discentes ao decorrer da graduação, ao

ponto de, a partir deste, verificar a qualidade educacional fornecida pela instituição de ensino superior.

No entanto, a introdução desse viés evidencia a (re)configuração da qualidade acadêmica avaliada pelo ENADE, em decorrência da lógica mercadológica alinhada às demandas da empregabilidade e do movimento empreendedor. Nesse sentido, embora o exame seja um meio para aferir os conhecimentos do aluno, também é considerado como uma forma de promover a visão utilitária e pragmática da Educação Superior, sobretudo no setor privado.

Mediante o exposto, partimos das seguintes hipóteses: i) o ENADE é um instrumento avaliativo permeado pelo princípio dialético da contradição, pois está situado na lógica do capital, organizado por um Estado funcional sob essa lógica; ii) o ENADE, ao priorizar critérios quantitativos em sua avaliação, intensifica as práticas de exclusão no ensino superior, no sentido em que intensifica as diferenças econômicas e sociais; e iii) o desmonte do ensino superior, aliado às tendências neoliberais, atravessa o ENADE, tanto em sua concepção, quanto no processo avaliativo.

Desse modo, tem-se como objetivo investigar se o ENADE, na conjuntura do desmonte do ensino superior público, cumpre eficientemente seus propósitos considerando as tendências neoliberais da atualidade. Para tanto, se deve revisitar a trajetória do ensino superior brasileiro a fim de contextualizar a emergência do ENADE, como instrumento avaliativo. Após isso, será investigado, de forma sistemática, o surgimento do ENADE e suas finalidades visando a discutir a sua relação com as tendências neoliberais no país.

A pesquisa se propõe a responder aos seguintes questionamentos: O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) cumpre com objetivos que lhe foram determinados, considerando os desafios de sua implementação? Como as tendências neoliberais têm influenciado as políticas e práticas de avaliação do ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas?

Este estudo, de abordagem qualitativa (com elementos quantitativos) e natureza descritiva-exploratório, estrutura-se a partir da análise de estudos bibliográficos pautados em Costa e Silva (2019), Duriguetto e Demier (2017), Fernandes (2022), Pereira (2009), Paiva (2008), Martins (2009), Ma, Caseiro e Mundim (2023), Costa (2018). A seleção dessas fontes priorizou autores que abordam as políticas educacionais, sistemas de avaliação e neoliberalismo. A busca pelos

estudos bibliográficos ocorreu em bases de dados acadêmicas (SCIELO, *Google Scholar*, periódicos CAPES) com o uso de palavras-chaves tais como: ENADE; Avaliação do Ensino Superior; Neoliberalismo; e SINAES.

Aos estudos bibliográficos, somam-se as fontes documentais, a saber: o Plano Nacional de Educação (2014-2024), Censo da Educação Superior (1999–1995; 2012-2022) e o documento norteador do SINAES (INEP, 2015). Essas, por sua vez, foram selecionadas sob o critério de serem relativos à avaliação do ensino superior ou conter dados quantitativos que aprofundam a análise desse nível educacional.

A análise foi conduzida pela categorização temática, conforme proposta de Bardin (2016), estruturando cada capítulo da pesquisa em torno de discussões que dialoguem com os objetivos, questões e hipóteses iniciais. Nesse processo, foi priorizada a relevância dos dados, com fins de assegurar sua relação com os objetivos da pesquisa, ao tempo em que se verificou o detalhamento das informações sobre o fenômeno investigado.

Na sequência, verificou-se a consistência da temática para identificar padrões nos dados, considerando também as divergências, o que permitiu a inclusão de contrastes e a escrita de uma narrativa diversificada e ampla.

A conectividade com as questões estabeleceu relações claras para a formação de uma estrutura de análise robusta, além de utilizar a evidência de triangulação por meio de múltiplas fontes para corroborar com os achados e aumentar a credibilidade da análise. Esses critérios qualitativos foram essenciais para conduzir a análise da pesquisa, deixando-a detalhada, crítica e contextualizada, alinhada aos objetivos e às hipóteses da pesquisa.

Com isso, o estudo estrutura-se em cinco partes, sendo esta introdução à primeira. A segunda faz uma discussão sobre o panorama histórico do ensino superior. A terceira traz os resultados de uma investigação teórica sobre o ENADE como indicador avaliativo. O quarto discute as tendências neoliberais e a sua relação com o exame. E a quinta, e última parte, expõe as considerações finais da pesquisa com a resposta às questões levantadas.

A pesquisa, oriunda de discursões da disciplina Tópicos em Políticas da Educação que compõem o quadro curricular do Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, justifica-se pela urgência de se compreender o impacto do neoliberalismo na avaliação do ensino superior tendo como medida avaliativa o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Entendemos que o contexto neoliberal contribui para o desmonte da academia quanto aos seus propósitos em favor da lógica mercadológica. Desse modo, o estudo, ancorado em importantes referências teóricas e documentais, investiga se o ENADE cumpre, eficazmente, suas finalidades mediante as tendências neoliberais pelas quais o Brasil se encontra imbricado.

1 Panorama histórico do ensino superior brasileiro: expansão, legislação e qualidade educacional

Sob uma perspectiva histórica, o ensino superior brasileiro, remonta o período colonial, com a instalação das primeiras instituições criadas para atender a elite colonial brasileira, tornando o ensino superior um espaço privilegiado, limitado a uma parcela mínima social.

A chegada da família real portuguesa no Brasil, após sucessivas invasões napoleônicas em Portugal, consolidou a instalação das primeiras instituições de ensino superior no século XIX (Neves; Martins, 2016). O surgimento dessas instituições sinalizava a estruturação do ensino superior brasileiro, sobretudo, ao final do período imperial, quando o país já contava com instituições superiores voltados ao ensino da medicina, engenharia e direito.

A transição para o século XX impulsionou o desenvolvimento desse nível educacional com o advento das primeiras universidades, sendo elas: Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF) (Neves; Martins, 2016). No curso desse cenário de expansão acadêmica, era fundada em 1940 a Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), sendo a primeira universidade de cunho religioso que permitia a inserção de uma nova perspectiva vinculada a dimensão religiosa, enriquecendo assim, o panorama acadêmico (Neves; Martins, 2016).

A criação das instituições de ensino superior se expandiu até meados de 1960, o que resultou em um crescimento aproximado de 130% no número de matrículas, ao passar de 41.000 em 1940 para 95.000. Neste período, foram criados, ao todo, 28 instituições de ensino superior, sendo 18 pertencentes ao segmento público e 10 de iniciativa privada (Durham, 2003).

A expansão, por um lado, possibilitou o processo de federalização das universidades no país, viabilizando a construção de uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas, promovido pelo governo federal. O que contribuiu para

o crescimento de matrículas que foi superior a 300 mil (Neves; Martins, 2016). Por outro lado, as limitações do atendimento da demanda de discentes que, assim conhecido como a “questão dos excedentes”, aliadas às críticas sobre o caráter elitista e a desatualização curricular, fomentaram debates em torno da necessidade de uma reforma estrutural do ensino superior.

Em resposta, no ano de 1961, esse nível educacional era tratado no compilado de diretrizes e bases para a educação nacional, estabelecido por meio da Lei de nº 4.024. A nova legislação inovou ao conferir para as universidades “[...] autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar” (Brasil, 1961), estimulando à produção científica e a pesquisa acadêmica, ao tempo em que, promovia a organização, expansão e qualidade (Cavalcante, 2000).

No entanto, no ano de 1964, em meio à ditadura militar, continuava em pauta às discussões sobre o funcionamento do ensino superior, de forma a atender a demanda existente, sendo ainda, uma questão de privilégios sociais. Entendia-se que “o sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo” (Martins, 2009, p. 20).

A pressão dos movimentos estudantis promoveu, no contexto de governos militares, a inserção de reformas educacionais no ensino superior, objetivando o ajuste da demanda de discentes. Destaca-se a Lei nº 5.540 de 1968, conhecida como Reforma Universitária, que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior (Brasil, 1968).

A legislação promovia a expansão do sistema de ensino superior, tendo como pilares o ensino, a pesquisa e a extensão. Ademais, instituiu-se o sistema de créditos e o regime semestral, bem como, os critérios de contratação de professores como titulação acadêmica e a opção de jornada de trabalho em tempo integral.

Assim, no Regime Militar, a expansão do ensino superior foi intensificada, marcando assim, outro cenário de expansão do ensino superior. O crescimento de matrículas aliado à instalação de instituições de ensino superior, sobretudo, no segmento privado, permitiu que, no início da década de 1980, mais de 60% de discentes estivessem matriculados na graduação (Assis; Oliveira, 2023).

Essa expansão, entretanto, não está descolada de uma das principais pretensões do regime militar, que diz respeito ao controle do mundo cultural da população brasileira. Segundo Paulo Netto (1991), a educação superior nesse período pode ser dividida em dois momentos, um de repressão mais dura ao

movimento democrático das universidades (docentes e discentes) e outro de expansão controlada e orientada externamente, a partir do estabelecido na reforma universitária por uma comitiva estadunidense. Nesse sentido, escamoteava-se a capacidade crítica e emancipatória da educação, com uma expansão do ensino e das instituições pelo Brasil, que deveria desaguar em profissionais úteis à expansão capitalista.

A simples ampliação desse nível educacional não poderia ocorrer em detrimento da excelência acadêmica. Logo, ainda na década de 1980, eram introduzidas medidas avaliativas. O Programa de Avaliação de Reforma Universitária (PARU) utilizava questionários aplicados ao corpo docente, discente e administrativo com fins de coletar informações para avaliar a organização didática e administrativa da instituição, bem como, do ingresso dos discentes e as atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão (INEP, 2015). No entanto, o programa não obteve os resultados esperados de uma avaliação eficiente, sendo desativado após um ano de implantação.

Nos anos finais da década de 80, o país atravessou um cenário de instabilidade econômica, com altos índices de inflação e fragilidades no cenário macroeconômico. A conjuntura existente afetava os vários âmbitos sociais, sobretudo, no ensino superior que sofria com a desaceleração de sua expansão. Nas palavras de Neves e Martins (2016), a elevada inflação fazia com que as famílias priorizassem os gastos essenciais para sua sobrevivência, tais como alimentação e moradia, em detrimento de investimentos educacionais.

Esse cenário coincidiu com o processo de redemocratização no país ocasionado pelo fim da Ditadura Militar e a promulgação da Constituição Federal em 1988. A transição política e o marco constitucional abriram caminho para “[...] o crescimento da matrícula no ensino médio e a estabilização da economia [...]” (Neves; Martins, 2016, p. 104).

Contudo, o início dos anos 90, ainda refletia a desaceleração vivenciada na década anterior, mas que não impediu a implantação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) em 1993, em substituição ao PARU, que objetivava promover melhorias da qualidade do ensino superior no país. Pelo programa, a qualidade educacional era avaliada por etapas, a saber: diagnóstico, avaliação interna, avaliação externa e reavaliação interna.

Na segunda metade da década de 1990, era implementada a Lei nº 9.394 em 20 de dezembro de 1996 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996a) em substituição a lei instituída em 1971 e a anterior a essa, instituída em 1961. No âmbito do ensino superior, a LDB possibilitou a ampliação do setor privado e a criação de políticas expansionistas para promover o acesso e a permanência dos discentes.

Desse modo, nos anos que sucederam a instituição da LDB, destacam-se as seguintes políticas: o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, implementado pela Lei de nº 10.260 em 12 de julho de 2001 que promove o financiamento de cursos de graduação aos discentes de instituições de iniciativa privada; o Programa Universidade para Todos – PROUNI, estabelecido pela Lei de nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005, que objetiva a oferta de bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação e sequenciais, em instituição de ensino superior privada; o Decreto nº 5.622, instituído em 19 de dezembro de 2005, regulamentou o art. 80 da LDB relativo à oferta do ensino na modalidade à distância; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, implementado pelo Decreto nº 6.096 em 24 de abril de 2007, o qual visava a ampliar o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior a partir de investimentos na estrutura física, acadêmica e pedagógica em instituições federais de ensino superior (IFES).

A promulgação da LDB em 1996 fortaleceu a avaliação no âmbito do ensino superior no país. A partir disso, observam-se medidas mais desenvolvidas para promover a avaliação: “[...] instituíram-se o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão, a Avaliação das Condições de Ensino (ACE) e a Avaliação para Credenciamento de IES, em busca do nivelamento da qualidade de oferta da Educação Superior” (INEP, 2015, p. 50).

Em 2001, o primeiro Plano Nacional de Educação – PNE instituído pela Lei nº 10.172, decretava, no âmbito do ensino superior, a institucionalização de um sistema de avaliação para melhoria da qualidade de ensino, assim como, para “[...] a orientação da expansão da oferta e a busca permanente por eficácia e efetividade por parte das instituições de educação superior (IES)” (Ma; Teixeira, 2023, p. 6).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é uma iniciativa brasileira criada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, para avaliar e monitorar a qualidade dos cursos de graduação, bem como, das instituições que

ofertam graduações. O sistema é acompanhado por três indicadores para medir a qualidade do ensino superior. O primeiro, diz respeito ao Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, em 5 agosto de 2008, cuja função é avaliar os cursos superiores (Ma; Caseiro; Mundin, 2023; Ma; Teixeira, 2023).

O segundo indicador, denominado Índice Geral de Cursos (IGC), foi instituído pela Portaria nº 12 em 5 de setembro de 2008, cujo objetivo é avaliar as instituições de ensino superior. Este indicador desempenha um papel mais abrangente ao avaliar as instituições de ensino superior como um todo, buscando fornecer uma visão global da qualidade das instituições a partir de diversos aspectos: infraestrutura, corpo docente e desempenho acadêmico (Ma; Caseiro; Mundin, 2023; Ma; Teixeira, 2023).

Por fim, o terceiro indicador, denominado Exame Nacional do Desempenho de Estudantes (ENADE), tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes de graduação. Definido como uma ferramenta avaliativa, esse indicador busca medir não apenas o conhecimento dos estudantes, mas também as competências por eles desenvolvidas ao longo da graduação (Ma; Caseiro; Mundin, 2023; Ma; Teixeira, 2023).

Compreender a função do ENADE é essencial para avaliar a sua eficácia no contexto educacional brasileiro. O ENADE, desse modo, se apresenta como um instrumento de maior avaliação centrado nos padrões de qualidade, a partir da figura do aluno. O próximo capítulo se concentra na explanação deste indicador, explorando o cumprimento de sua finalidade desde a normativa até a sua implementação.

2 ENADE versus finalidade: da normativa à implementação

No Brasil, o crescimento do ensino superior privado surgiu como uma consequência das medidas neoliberais, que incentivaram a retirada do financiamento público para a educação e a expansão do mercado educacional. Dados do Censo da Educação Superior de 2022 mostram que entre 1980 e 1999, as matrículas nos cursos de graduação das instituições federais aumentaram aproximadamente 39%, enquanto nas instituições privadas o aumento foi de cerca de 73% (INEP, 2023).

Essa tendência de crescimento das instituições privadas também é observada em números mais detalhados. Em 1995, havia 894 instituições de ensino superior no Brasil, distribuídas entre universidades, federações de escolas, faculdades integradas

e estabelecimentos isolados. O grupo de universidades incluía 39 federais e 63 privadas. Todas as 101 federações de escolas e faculdades integradas eram particulares. Entre os estabelecimentos isolados, 18 eram federais e 520 estavam vinculados à rede privada. Em 1999, esse número cresceu para 1.097, sendo 192 públicas e 905 privadas (INEP, 1996, 2000).

Nos anos de 2004 e 2010, havia 224 e 278 instituições de ensino superior na rede pública, respectivamente, enquanto na rede privada havia 1.789 e 2.100. Em 2022, esses números aumentaram para 312 na rede pública e 2.283 na rede privada, refletindo a expansão vertiginosa das instituições privadas no cenário educacional brasileiro (INEP, 2023).

A crescente demanda por educação superior, aliada à expansão das instituições, impõe a necessidade de transpor múltiplos desafios no contexto da educação brasileira, especialmente no que diz respeito à manutenção de padrões elevados de ensino e à inclusão de estudantes de diferentes regiões e contexto socioeconômicos. Na esteira dessa rápida expansão, o governo brasileiro, no início dos anos 1990, enfrentou a tarefa de assegurar a excelência da Educação Superior no país. Para encarar essa questão, uma das providências adotadas foi à criação da Lei nº. 9.131/1995, que alterou as diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº. 4.024/1961). Essa nova legislação estabeleceu que o Ministério da Educação (MEC) deveria realizar avaliações periódicas das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação (Brasil, 1995).

Nesse contexto, a Portaria nº. 249/1996, uma das medidas decorrentes da Lei nº. 9.131/1995, instituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), popularmente conhecido como "Provão". Esse exame era aplicado anualmente aos estudantes que concluíam os cursos de graduação e tinha como finalidade avaliar o desempenho dos alunos em relação aos conhecimentos e habilidades técnicas desenvolvidas durante o curso. A participação no exame era obrigatória para a obtenção do diploma, conforme o Art. 2.º da portaria. O "Provão" começou a ser aplicado em 1996, abrangendo inicialmente cursos de três áreas do conhecimento, e foi ampliando seu escopo progressivamente. Em sua última edição, em 2003, abrangeu 30 áreas do conhecimento (Brasil, 1996b). Durante os oito anos de aplicação do Exame Nacional de Cursos houve, segundo Paiva (2008, p. 33):

[...] severas críticas desde a sua concepção e estabelecimento de cronograma, sendo fundamentalmente questionado pela

comunidade acadêmica em função do seu caráter obrigatório a todos os concluintes dos cursos de Graduação, que seriam gradativamente inseridos no exame a cada ano.

Essas críticas culminaram na apresentação pelo MEC de um novo modelo de avaliação de desempenho acadêmico, como metodologia eficiente para solucionar os problemas atribuídos ao ENC: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES tem como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, com a finalidade de melhorar a qualidade da Educação Superior e orientar a expansão da sua oferta (Brasil, 2004). Apesar de o SINAES ter surgido com uma perspectiva distinta do provão, ele ainda não rompeu completamente com a abordagem de avaliação realizada anteriormente.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), componente integrante do SINAES, está em vigor desde 2004, em substituição ao ENC. A proposta do ENADE era introduzir inovações em relação ao ENC, como a inclusão dos estudantes ingressantes dos cursos de graduação, de modo a avaliar o conhecimento transmitido aos alunos durante a formação acadêmica. Contudo, apresenta a responsabilidade de corrigir os aspectos negativos apontados ao ENC. Além disso, o Art. 5º estabelece que:

§ 1º O desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de Graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de Graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de Graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

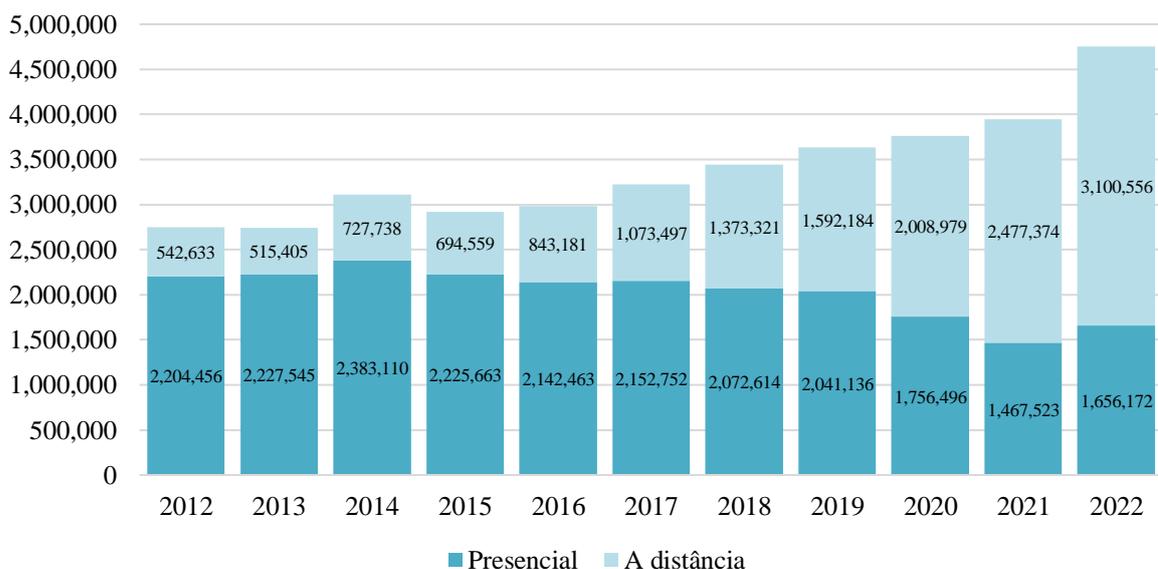
§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de Graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento (Brasil, 2004).

Após quase 20 anos da implantação do ENADE, o número de instituições de ensino superior no Brasil continuou a crescer significativamente. Entretanto, os obstáculos para garantir a qualidade dos cursos e a oferta de vagas permanecem gigantes.

Diante dessas dificuldades, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 veio para articular os esforços nacionais em regime de colaboração e estabelecer metas para a Educação Superior. Entre essas metas estão a elevação da taxa bruta de matrícula para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, além da expansão da oferta de vagas no segmento público e da elevação da qualidade da educação superior, com o objetivo de ampliar a proporção de mestres e doutores no corpo docente para 75%, com no mínimo 35% de doutores (Brasil, 2014).

Para concretizar esses objetivos, é necessário que haja uma articulação entre as diferentes esferas de governo e os diversos atores envolvidos no sistema de Educação Superior, assegurando a qualidade dos cursos e a oferta de vagas. É importante destacar que essa expansão não se limita aos cursos presenciais, mas inclui um crescimento ainda mais acentuado no ensino a distância. Isso é evidenciado pelo grande aumento no número de ingressantes em cursos de graduação na modalidade a distância (EaD) a partir de 2019, conforme visualizado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de ingressos em cursos de graduação, segundo a variável modalidade de ensino (presencial e EaD), 2012 – 2022

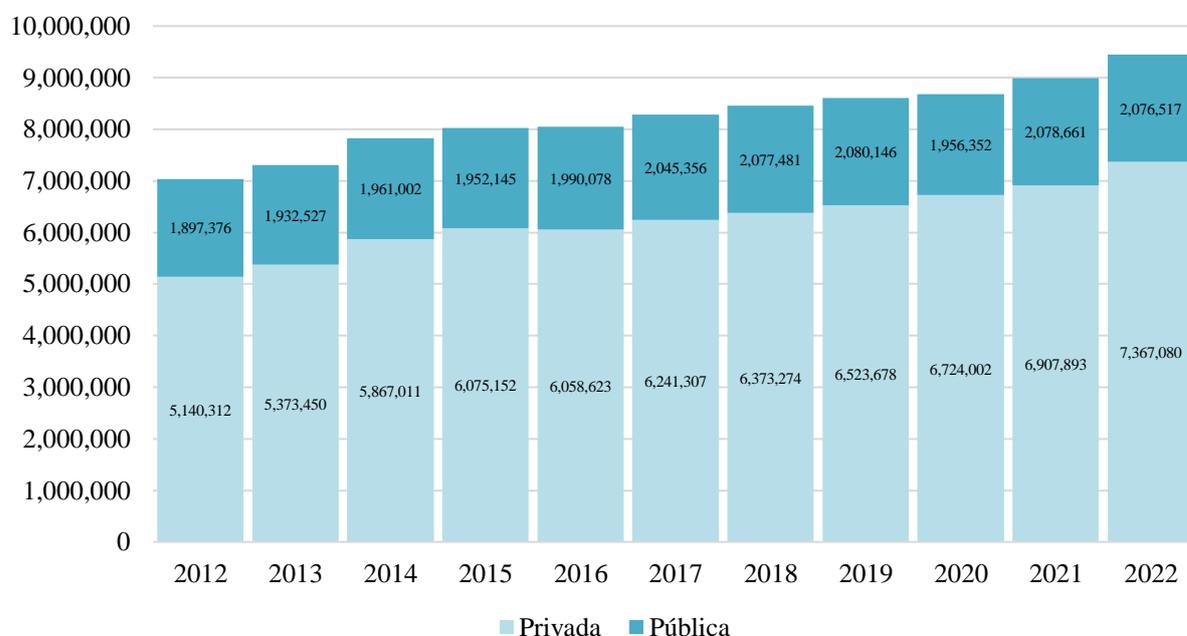


Fonte: INEP (2023, p. 14).

Durante esse período ilustrado no Gráfico 1, o número de alunos inscritos em cursos à distância cresceu 571%, enquanto o número de alunos em cursos presenciais caiu cerca de 25%. Essa tendência pode ser atribuída a vários fatores, como a maior flexibilidade de horário, a acessibilidade por meio de diversos canais de acompanhamento das aulas e atividades, e a diversidade de opções oferecidas pelo ensino a distância.

Adicionalmente, o Gráfico 2 apresenta o número de ingressos em cursos de graduação, segundo a categoria administrativa (redes públicas e privadas), entre 2012 e 2022.

Gráfico 2 - Número de ingressos em cursos de graduação, segundo a variável categoria administrativa, 2012-2022



Fonte: INEP (2023, p. 18).

O Gráfico 2 evidencia a diferença no número de ingressos nas instituições de ensino superior das redes privada e pública. As instituições privadas apresentaram um incremento médio de 142%, enquanto a rede pública teve um aumento de aproximadamente 8%. Esse crescimento demonstra a maior oferta de cursos de graduação, tanto presenciais quanto a distância, pelas instituições privadas em comparação com as públicas. Essa disparidade pode indicar uma maior demanda pela rede privada entre os estudantes que buscam uma formação superior adaptável às suas necessidades. Costa e Silva (2019, p. 11) mencionam que, essa realidade representa as orientações estratégicas, que:

[...] recomendadas pelo Banco Mundial (BM), estava a diversificação e a reforma do ensino superior para melhorar a qualidade e a eficiência, assim como o acesso da população com renda mais baixa e fortalecer o papel integral do setor privado no financiamento e na oferta de educação.

As diretrizes recomendadas desempenharam um papel fundamental no crescimento das instituições privadas, sublinhando a influência das políticas neoliberais na expansão do ensino superior no Brasil e destacando as implicações dessas políticas na configuração atual do sistema educacional.

Nesse cenário, o ENADE se destaca como um importante instrumento para avaliar a qualidade do ensino superior, mas não deve ser visto como um fim em si mesmo. Faz parte de um conjunto de avaliações voltadas à melhoria contínua da Educação Superior, fornecendo dados essenciais para orientar políticas públicas e promover a excelência no ensino. Esses indicadores fundamentam a regulação e a supervisão do setor pelo MEC (Brasil, 1996b).

Realizar uma avaliação em larga escala no ensino superior, como o ENADE, é uma tarefa árdua que exige planejamento e organização. Os resultados desse processo subsidiam políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Todavia, essas políticas são influenciadas por aspectos políticos, sociais e econômicos de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que financiam e adotam um modelo capitalista, estimulando a produção e o mercado financeiro. Essa dinâmica cria uma relação de dependência com esses órgãos, que exercem poder econômico sobre a educação, demonstrando a influência neoliberal nas políticas públicas educacionais brasileiras (Silva; Macêdo, 2016; Nascimento; Ferreira Barros, 2018; Alves; Gonçalves, 2019).

Além disso, a implementação do ENADE, mesmo com suas mudanças significativas, reflete essas políticas neoliberais que enfatizam a eficiência, competitividade e a adequação ao mercado. Elas moldam a avaliação das instituições de ensino superior, priorizando desempenho acadêmico e produtividade dos estudantes em detrimento das particularidades locais e necessidades individuais. Essa abordagem pode padronizar processos educacionais e marginalizar aspectos importantes da formação acadêmica que não se alinham com as exigências do mercado. Portanto, é necessário equilibrar a busca por qualidade com a consideração das especificidades regionais e sociais para que o sistema

educacional possa atender de forma mais equitativa e inclusiva às demandas da sociedade brasileira.

3 Tendências neoliberais na educação e aspectos dos sistemas avaliativos contemporâneos

Todo esse contexto deixa evidente o caráter contraditório dos sistemas avaliativos organizados para o ensino superior brasileiro, com ênfase no ENADE que segue vigente até então. Isso porque, na medida em que serve de embasamento para subsidiar a formulação de políticas educacionais, também é funcional ao modo de produção capitalista, pois seguem, de maneira explícita, orientações internacionais. Estas impulsionam o crescimento acelerado da rede privada de ensino (ver gráficos 1 e 2), bem como mantêm o aspecto dual de elitismo-exclusão, inerente ao percurso histórico da educação no país, e respondem a demandas do mercado, descoladas da prioridade por um ensino superior crítico, de qualidade e emancipatório.

Assim, para compreender, de forma mais profunda, o imbricamento do neoliberalismo com a educação superior pública e a interferência internacional no caso brasileiro, faz-se necessário realizar o movimento dialético do geral ao particular. Logo, cabe utilizar como ponto de partida, a gênese desse modelo político-econômico, mesmo que de maneira breve, a partir de uma perspectiva teórico-crítica. Em seguida, analisa-se o Brasil, enquanto objeto deste artigo, a fim de compreender os atravessamentos para o cenário educacional.

O neoliberalismo emerge, no contexto mundial, em meados de 1970, como resposta do capital à crise instaurada na época, sobretudo na Europa, intrinsecamente relacionado ao declínio do *Welfare State*. Era preciso, naquele cenário, medidas que possibilitassem a reestruturação produtiva, a retração da queda das taxas de lucro, a refuncionalização do Estado, dentre outras providências (Duriguetto; Demier, 2017; Costa, 2018).

Desse modo, o neoliberalismo surge, a depender do prisma de análise, como um modelo político-econômico para sair da crise, que se deflagra no final do século XX. No entanto, segundo Fernandes (2022), o mesmo deságua em um modelo com racionalidade própria, que ultrapassaria os limites estritos da díade político-econômica. A partir dessa perspectiva, coloca-se foco sobre as repercussões

contemporâneas das medidas citadas, que também se relacionam com as particularidades da formação sócio-histórica de cada país.

A racionalidade neoliberal, não descolada de um aspecto ideológico, coloca, então, o alargamento do Estado e o leque de políticas reformistas, inerente ao *Welfare State* no cenário europeu pós II Guerra Mundial, como deflagradores da crise na economia capitalista mundial, na década de 1970 (Stein, 2009). Logo, em um período de reestruturação do capital, sob a égide dessa racionalidade, seria elementar o enxugamento do Estado e a retração nos gastos sociais, a fim de que seja possível “a economia voltar a crescer”.

Dessa forma, entende-se por racionalidade, a partir de então, o caráter neoliberal entranhado nos sujeitos e nas formas de ser do Estado, vívido e hegemônico cotidianamente (Fernandes, 2022). Daí o aspecto ideológico e avassalador do neoliberalismo no mundo, apesar de cenários diferentes em países dominantes e nos de capitalismo periférico-tardio.

Nesse sentido, os países dominantes, sobretudo os Estados Unidos quando se analisa a América Latina, passam a ditar os caminhos que os países periféricos devem seguir. Isso no que diz respeito às dimensões do Estado, ao uso do fundo público, à abertura ao capital estrangeiro e afins. Porquanto, vigora uma agenda neoliberal, cujo objetivo central diz respeito a reestabelecer e ampliar as taxas de lucro do capital.

No Brasil, esse modelo tem hegemonia a partir de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), o qual deu continuidade às reformas administrativas de retração do Estado e investidas do mercado, iniciadas por Fernando Collor no início da década.

A nova agenda política de ajuste passou a ser dominada por temas como refluxo do Estado e primazia do mercado por meio das políticas de abertura comercial e financeira ao capital internacional, desregulamentação e privatização, corte dos gastos públicos e redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais (Duriguetto; Demier, 2021, p. 13).

Desse modo, a Educação Superior no Brasil está imbricada a esse contexto, além de atravessada pelo elitismo e pela exclusão, características inerentes ao percurso histórico do sistema educacional do país (Costa, 2018; Souza, 2018). Tem-se, em consonância com a disputa pelo fundo público e o desfinanciamento das políticas sociais, a saída do Estado do âmbito executor, dando espaço para a

especulação, o predatismo do mercado e a desproteção social em prol das organizações privadas (Dardot; Laval, 2016).

Por conseguinte, no cenário brasileiro se acirra a investida do setor privado na Educação Superior, de maneira que direitos passam a ser vistos como serviços (Pereira, 2009) e alunos/as como consumidores/as (Pereira, 2010). Isso diz muito do que viria a se tornar as políticas de avaliação no contexto nacional, sob a égide da agenda e racionalidade neoliberal.

A educação não só deixa de ser um direito universal, como, também, intensifica-se como mecanismo para atender aos interesses do grande capital, de modo que o Estado se restringe, majoritariamente, aos trâmites regulatórios (Antunes; Lemos, 2018). Assim, o cenário educativo brasileiro, com o neoliberalismo, busca fincar a conformação ideológica para manutenção desse modelo de sociedade, restringindo o ensino ao necessário para o "mercado de trabalho", sem qualquer relação com uma perspectiva emancipatória (Mészáros, 2008).

Por essa lente, com a hegemonia neoliberal no Brasil, nas últimas três décadas, predomina o crescimento das instituições de ensino superior (IES) privadas em território nacional, em detrimento do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Distancia-se, seguindo as orientações internacionais, leia-se Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), de uma formação fincada no ensino, na pesquisa e na extensão. Nesse sentido, o caráter concorrencial (um dos alimentos do neoliberalismo), entrelaça-se à educação e dá direcionamento às políticas do Estado.

Dessa maneira, com o reordenamento/contrarreforma administrativa do Estado brasileiro, este implementa os sistemas avaliativos contemporâneos, sob a lógica do capital (Pereira, 2010). Por conseguinte, serve, mais do que antes, como aparelho jurídico-normativo para atender as medidas neoliberais, necessárias no processo de reestruturação capitalista em momentos de crise iminente. Esses sistemas avaliativos, instrumentalizados com o ENADE, por exemplo, acirram o aspecto concorrencial, majoritário entre as instituições de iniciativa privada, bem como lançam sob o Estado um cunho regulatório-avaliador (Fernandes, 2022).

Ainda assim, apesar das críticas à concepção e implementação dessa forma avaliativa a nível nacional, sobretudo por parte de docentes e discentes de instituições públicas, são os dados oriundos desse exame que servem de base para a formulação de políticas educacionais. Ocorre que não há participação concreta,

ampla e democrática dos sujeitos envolvidos no processo educacional, para que o ensino superior seja organizado a partir de dados que mostrem a realidade. O Estado regulamenta e organiza o ENADE de maneira contraditória, sem considerar de fato os determinantes regionais e históricos da educação no Brasil.

O papel estatal de executor das políticas sociais é superado, então, por sua função de regular e avaliar o ensino superior nacional. Isso porque, realiza-se o ajuste fiscal nas contas públicas, o que leva à redução dos recursos públicos para a área social (direitos), associado ao incentivo à mercantilização, de áreas antes sem tamanha evidência dos interesses capitalistas (Pereira, 2010). Para Almeida e Silva (2021, p. 951-952):

A ênfase recai sobre os indicadores quantitativos já estabelecidos, por isso a avaliação ter a perspectiva regulatória. Esse modelo, alinhado aos interesses de mercado, acabou por promover uma avaliação quantitativa [...]. Entretanto, a lógica estabelecida do ranqueamento, que advém da cultura administrativa da gestão por produtividade e eficiência, típica do neoliberalismo, se tornou a modalidade com maior peso no sistema avaliativo.

Ademais, os sistemas avaliativos se tornam eixo estruturante nesse contexto predatório do mercado, em avalanche desde meados do final do século XX. Logo, esses sistemas passam a concentrar os investimentos e a atenção intencional do Estado, consonante com a racionalidade neoliberal hegemônica. O desmonte da Educação Superior pública segue essa tendência, mas busca sobreviver e se contrapor, mesmo a passos lentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por essa perspectiva, observa-se que os sistemas de avaliação do ensino superior, não estão descolados da realidade histórica, econômica e social de um dado país. Ao contrário, marcadores como o elitismo e a exclusão, inerentes à história da educação no Brasil, bem como o modelo econômico e as tendências internacionais indicadas para cada época, atravessam o desenho de avaliação das políticas sociais, aqui em ênfase a educação.

Ademais, esses aspectos, essenciais para a compreensão do fenômeno estudado neste artigo, implicam, também, em outros âmbitos relacionados com a questão educacional, para além da avaliação. Ou seja, a racionalidade hegemônica de um período histórico, acaba por direcionar, intencionalmente, as

ações do Estado, seu aparato jurídico-normativo e a ampliação ou retração de direitos sociais. Em vista disso, nota-se que o direcionamento assumido pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, conforma com a manutenção da sociabilidade capitalista e seus mecanismos de opressão.

Desse modo, conforme o que foi discutido, a perspectiva neoliberal influencia na avaliação do ensino superior a partir da adesão do governo à agenda neoliberal. Assim, os organismos internacionais (BM e FMI) interferem, diretamente, na Educação Superior brasileira. Adotar medidas de ajuste fiscal, abertura ao capital estrangeiro, redução de gastos públicos com as políticas sociais, dentre outras, fragiliza e sucateia a Educação Superior pública, fixada no ensino, na pesquisa e na extensão. Em contrapartida, calça o caminho para a iniciativa privada e para a investida do grande capital.

Diante disso, infere-se que o Estado, sob a égide da lógica neoliberal, assume o *status* de avaliador, que se sobrepõe à função de executor da política de educação, aqui em análise. Assim, o investimento, por parte do aparelho estatal, na implantação dos sistemas avaliativos é perpassado por essa lógica. De maneira que, alimenta-se a concorrência (uma das características neoliberais) entre as IES, com métodos de avaliação quantitativos, como supostos parâmetros para medir a qualidade da educação nacional.

No tocante à proposta do ENADE de introduzir inovações relacionadas ao Exame Nacional de Cursos (ENC), percebe-se um sistema avaliativo que, no cenário neoliberal, inerente às últimas três décadas, distancia-se do que outrora foi estabelecido como precursor do SINAES. Logo, o ENADE não foi capaz, por si só, de imbuir inovações capazes de representar uma contratendência no cenário posto. Ao contrário, tem representado, por esse ponto de vista, um mecanismo de legitimação do mercado, haja vista a incitação da concorrência, conforme mencionado.

Porquanto, não predomina a radicalidade democrática, a qual deveria nortear a expansão do ensino superior no Brasil, nem se compreende a qualidade como sinônimo da capacidade emancipatória da educação para com os sujeitos envolvidos. A materialização do ENADE está imbricada a essa realidade, bem como segue essa tendência que necessita de reflexão.

Nesse sentido, é necessário mergulhar no percurso histórico desses 20 anos de vigência do ENADE no Brasil, como se propôs o presente trabalho em moldes iniciais. Esse, como um dos métodos avaliativos mais relevantes da Educação Superior

nacional na contemporaneidade. Cabe perceber as tendências desse cenário, reconhecendo seus avanços e retrocessos a partir desse sistema avaliativo, a fim de pensar, em estudos posteriores, outras possibilidades para a avaliação do ensino superior.

Para mais, esta pesquisa enfrentou desafios, considerando sua natureza bibliográfica. A dificuldade de acesso a algumas fontes, a subjetividade na seleção destas e a não utilização de dados empíricos, como informações obtidas por observação direta ou experimentação, dentre outras, são alguns dos desafios que se pode elencar.

Para estudos posteriores, sugere-se ouvir os sujeitos envolvidos nesse processo avaliativo (alunos, professores, gestores e outros), de instituições públicas e privadas, a fim de compreender *in loco* as implicações e os atravessamentos desses aspectos históricos, sociais e econômicos. Outrossim, também teria relevância investigar qual o movimento das universidades públicas no Brasil, diante dessa conjuntura e perceber se tem ido em direção contrária, ou se tem fortalecido a lógica dada pela investida do mercado na Educação Superior.

Ademais, é imprescindível permanecer com as investigações, para seguir vigilante com a agenda neoliberal, implementada há algumas décadas, bem como propor direção contrária. Deve prevalecer a defesa por uma educação pública, gratuita e de qualidade, assim como lutar pela garantia desse direito social a toda população brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- ALMEIDA, A.; SILVA, Y. F. O. O estado avaliador e o neoliberalismo: tensões e tendências na avaliação da educação superior. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 41, p. 944-959, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i41.3585>. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/3585>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- ALVES, E. M.; GONÇALVES, R. M. de P. Educação como mercadoria: desafios da educação superior em meio ao capitalismo em crise. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, SP, v. 5, p. 1-26, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653651>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653651>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- ANTUNES, A. E. M.; LEMOS, E. L. de S. A contrarreforma no ensino superior brasileiro: determinantes históricos. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p.12-28, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35p12-28>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17922>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- ASSIS, R. M. de; OLIVEIRA, J. F. de. O campo da educação superior no Brasil: tensões e desafios. *Em aberto*, Brasília, DF, v. 36, n. 116, p. 27-42, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.36i116.5478>. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5478>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 16 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 13 dez. 2023.
- BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 1968.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 nov. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996a. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>. Acesso em: 29 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC n.º 249, de 18 de março de 1996. Institui a sistemática do Exame Nacional de Curso. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 mar. 1996b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/mec_legis/port0249_180396.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

CAVALCANTE, J. F. *Educação superior: conceitos, definições e classificações*. Brasília, DF: MEC, 2000. (Textos para discussão, n. 8). Disponível em: <http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/issue/view/318>. Acesso em: 13 dez. 2023.

COSTA, C. F.; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. *REAd: Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 6-35, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.251.89569>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/jdrK4vfr7cwLvN3DXBRR8b/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2023.

COSTA, F. M. As particularidades do ensino superior brasileiro nos marcos do capitalismo dependente. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 29-45, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2018v18n35p29-45>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19734>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURHAM, E. R. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. Documento de trabalho 03/03. São Paulo: NUPES, 2003. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

DURIGUETTO, M. L.; DEMIER, F. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18315/argum..v9i2.17066>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17066>. Acesso em: 13 dez. 2023.

FERNANDES, A. de O. *Políticas de avaliação na educação superior: a racionalidade neoliberal na definição de qualidade no ENADE*. 2022. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INEP. *Censo escolar da educação superior 2022: notas estatísticas*. Brasília: MEC, 2023. INEP. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/documentos/siteABMES-notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

INEP. *Sinopse estatística da educação superior 1995*. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_1995.xls. Acesso em: 16 dez. 2023.

INEP. *Sinopse estatística do ensino superior graduação: 1999*. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: https://download.INEP.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo1_Sinopse_Superior99.pdf. Acesso em: 16 dez. 2023.

INEP. *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*. v. 5. Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/sinaes_volume_5_avaliacao_in_loco_referenciais_no_ambito_do_sinaes.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

MA, J. F.; CASEIRO, L. C. Z.; MUNDIM, F. C. Qualidade da educação superior: possibilidades para o novo PNE. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, Brasília, DF, v. 8, p. 245-305, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24109/9786558011125.ceppe.v8.5771>. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5771>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MA, J. F.; TEIXEIRA, U. T. *Redesenhando o SINAES: um convite a aperfeiçoamentos na política de avaliação da Educação Superior brasileira*. Brasília, INEP, 2023. (Textos para discussão, n. 50). Disponível em: <http://td.INEP.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/5738>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2023.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, F. P.; FERREIRA BARROS, M. S. O sistema capitalista a partir da década de 1990 e suas implicações na educação escolar brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 4, p. 1779-1791, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaae.unesp.v13.n4.out/dez.2018.9815>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9815/7692>. Acesso em: 13 dez. 2023.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, T.; ZEN, E. L.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAIYUAN, G. (org.). *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: IPEA; Pequim: SSAP, 2016. p. 95-124. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7351/1/Jovens%20universit%c3%a1rios%20em%20um%20mundo%20em%20transforma%c3%a7%c3%a3o_uma%20pesquisa%20sino-brasileira.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

PAIVA, G. S. Avaliação do desempenho dos estudantes da educação superior: a questão da equidade e obrigatoriedade no Provão e ENADE. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 31-46, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/CcLLqB5ymYCQZhpBHRsXLKg/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PAULO NETTO, J. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

PEREIRA, L. D. ENADE no contexto de contrarreforma do ensino superior: reflexões para o serviço social. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 10, n. 20, p. 137-165, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2010v10n20p137-165>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3451>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HfkmbnSgtsFvmk4c8fM5CXP/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, J. M.; MACÊDO, J. D. F. O estado e as políticas públicas na tecitura [sic] dos contextos do capital e da doutrina neoliberal. In: DIÓGENES, E. M. N.; GOMES, M. G. C.; SILVA, W. C. M. *Políticas públicas de educação: olhares transversais*. Curitiba: CRV, 2016. p. 75-88.

SOUZA, E. A. M. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. *Cadernos da Pedagogia*, São Carlos, SP, v. 12, n. 23, p.15-33, 2018.

STEIN, R. H. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. *SER Social*, [S. l.], n. 6, p. 133-168, 2009. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v0i6.12853. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853. Acesso em: 13 dez. 2023.